

## O LUGAR DA FORMAÇÃO DOCENTE E O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

Ana Cássia Silva de Macêdo<sup>1</sup>  
Amanda Tavares da Silva<sup>2</sup>  
Jailsa Ferreira Barbosa<sup>3</sup>  
Maria da Conceição Farias da S. G. Dutra<sup>4</sup>  
Silvânia Lúcia de Araújo Silva<sup>5</sup>

### RESUMO

Os processos que giram no entorno dos conceitos de Gestão Educacional e Gestão Escolar continuam sendo desafiadores e de relevância singular para a compreensão da escola como organização educativa, um lugar que gera e constrói conhecimento, o que intrinsecamente está ligado à formação docente e, por extensão, à Base Nacional Comum Curricular. A Base, em meio aos conflitos provocados no entorno de sua criação, sinaliza na redação de sua apresentação, os aspectos constitutivos que a gestaram, descrevendo apenas parte desse processo, uma vez que o campo de disputas engendradas não repercute em seu texto. Nesta esteira, o estudo ora apresentado objetiva refletir sobre o lugar da formação docente e do papel da gestão educacional para a implementação da BNCC nas escolas da educação básica brasileira, tendo por referência uma ação extensionista desenvolvida no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, campus III/UFPB. Metodologicamente, adotamos a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório que, embasada pela Base e autores que têm construído os diálogos sobre o campo conceitual da temática abordada. Além disso, utilizamo-nos de questionários que serviram pra conhecermos os professores em efetivo exercício na gestão e que participam de nosso projeto de extensão, bem como o que sabem sobre a Base. Como resultado de nossas discussões até o momento, temos compreendido que a implementação da BNCC está acontecendo sim nas escolas e que a formação do professor tem sido ponto fundante para tal, em especial, quando a gestão da escola assume o papel na mediação desse processo.

**Palavras-chave:** BNCC, Formação Docente, Gestão Educacional.

### ALGUMAS PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Em meio aos conflitos provocados no entorno de sua criação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sinaliza na redação de sua apresentação, os aspectos constitutivos que a

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do CHSA, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão, PROBEX 2021-2022, da UFPB, anacassia0803@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do CHSA, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, amandatavares27@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do CHSA, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jailsa.ferreira2015@gmail.com;

<sup>4</sup> Professora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, campus III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), concecfarias@gmail.com;

<sup>5</sup> Professora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, campus III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Coordenadora do Projeto de Extensão, silvaniaraujo@voax.com.br.

gestaram, publicizando a ampla participação de movimentos sociais, através de um trabalho coletivo, visando o favorecimento do trabalho democrático e criativo. Em tempo, se por um lado, a BNCC nasce em meio a “balbúrdias” desencontradas de opiniões, por outro lado, hoje, sua implementação nos sistemas de ensino, nos currículos escolares e dos cursos de Licenciatura, é um fato.

Tal perspectiva nos permite compreender realmente por que, para que e para quem serve sua implementação e qual o papel dos gestores escolares públicos nessa tarefa. De fato, ainda há que se recordar o que destaca Laranjeira (2017) ao afirmar que, na ocasião de sua construção, existia um processo de negociação, que envolvia um jogo de forças e poder, e cada uma das partes propunha aquilo que lhes era de interesse total ou parcial. Ao que parece, portanto, sua propositura, respaldada pela BNC Formação e BNC Formação Continuada, indica-nos que se trata de um documento legal que define as aprendizagens mínimas consideradas de suma relevância para serem adquiridas por todos os estudantes, independentemente de suas singularidades, em todas as escolas do país. A BNCC, ressalte-se, envolve toda a Educação Básica.

Buscar a promoção do estudo e do debate sobre as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação brasileira na atualidade é uma necessidade, uma vez que esse documento normativo define, já em seu texto introdutório, conceitos que tem seus pressupostos embasados na “educação integral” e na “educação por competências”. Genericamente, a BNCC pontua as aprendizagens mínimas consideradas de suma relevância para a aquisição do processo de ensino e aprendizagem por todos os estudantes, independentemente de suas singularidades, próprias de cada realidade, em todas as escolas do país, configurando-se, portanto, como parâmetro fundamental para a cultura organizacional da escola e a realização do planejamento curricular, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Como documento oficial, para que, de fato e de direito, chegue às escolas, seja através de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e de sua reestruturação curricular, seja através da prática didático-metodológica e da práxis docente, seja através da Base Nacional Comum – Formação (BNC – Formação) e Base Nacional Comum – Formação Continuada (BNC – Formação Continuada), será preciso construir espaços formativos que elucidem e corroborem para a sua compreensão. Pois, cerca de três anos depois da publicização de sua última versão, ainda encontramos grupos de professores se questionando sobre por que, para que e para quem serve a BNCC e, mais, como fazer a transposição das possibilidades teorizadas em seu texto para o cotidiano real e prático da escola e, conseqüentemente, da sala de aula, através

dos métodos e metodologias desenvolvidos pelos docentes, através do modelo de gestão desenvolvido nas escolas.

Neste movimento teórico-prático, fomos movidos a pensar um projeto de extensão que, na proposição do diálogo entre universidade e sociedade, fosse possível graduandos e professores em efetivo exercício da gestão refletirem e dialogarem sobre a BNCC e, nessa direção, partimos da problematização: “A BNCC chegou às nossas escolas e aos cursos de formação inicial e continuada de professores. Mas, os gestores e licenciandos conhecem as propostas da BNCC de tal maneira que possam utilizar em suas práticas pedagógicas e em suas atividades na gestão com senso de equidade, participação, coletividade e construção curricular participativa e democrática, que garanta a autonomia docente?”.

Com efeito, o estudo ora apresentado objetiva refletir sobre o lugar da formação docente e do papel da gestão educacional para a implementação da BNCC nas escolas da educação básica brasileira, tendo por referência uma ação extensionista desenvolvida no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, campus III da UFPB. Em tempo, para dar conta desse objetivo, como procedimento metodológico, adotamos a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório que, embasada pela Base e autores estudiosos das temáticas, bem como de leituras advindas dos documentos normativos que têm construído os diálogos sobre o campo conceitual da formação docente e a gestão educacional, ancora nossas reflexões sobre a temática abordada.

Isto posto, nas próximas seções, refletimos sobre a compreensão da necessidade de que os gestores e estudantes de licenciatura precisam (con)viver a atmosfera proposta pela BNCC, não apenas como uma “obrigação” de legalizar, na prática, suas finalidades, mas, sobretudo, como uma necessidade que os permita compreender a Base, cuja proposta de estudo foi gestada na ação extensionista intitulada: “Uma BNCC para refletir e dialogar: entre a Formação Docente e a Gestão Educacional”. Pois, cremos que o desenvolvimento da autonomia e da cidadania ocorre quando temos intencionalidade educativa e geramos condições para que todos os profissionais da Educação se movam em prol de uma mesma direção, alinhada aos objetivos do desenvolvimento sustentável da “Agenda 2030”.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ACADÊMICOS**

Metodologicamente, adotamos a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório que, embasada pela Base e autores que têm construído os diálogos sobre o campo conceitual da temática abordada, como Laranjeira, Gobbi, Perez, entre outros, que têm construído os

diálogos sobre o campo conceitual da formação docente e a gestão educacional, ancora nossas reflexões sobre a temática abordada. Além disso, utilizamo-nos de questionários que serviram pra conhecermos os professores em efetivo exercício na gestão e que participam de nosso projeto de extensão, bem como o que sabem sobre a Base. Nossa escolha acerca da pesquisa qualitativa se respalda nessa afirmação:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, pp. 21-22).

Isto posto, inicialmente, as atividades desenvolvidas para a execução do projeto de extensão foram realizadas por meio de leituras orientadas sobre a temática e reuniões da equipe (coordenadora e estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia) via *Google Meet* e criação de grupo no *Whatsapp* para uma gestão da comunicação mais fluida e competente.

Nossos encontros, que continuam acontecendo, têm como objetivo socializar conhecimento e formar uma equipe de formadores para os passos seguintes do nosso trabalho junto aos professores gestores. Assim, para que fosse possível desenvolver a melhor estratégia para as atividades propostas ou, ainda, que buscasse atender a maior quantidade de expectativas dos professores gestores participantes, fomos em busca de ouvir nosso público alvo, diretores escolares<sup>6</sup> e supervisores escolares/coordenadores pedagógicos<sup>7</sup>, profissionais que trabalham no município de Bananeiras/PB, através da aplicação de questionários desenvolvidos no *Google Forms*, que foram disponibilizados o auxílio da Secretária de Educação Municipal, que acolheu toda a proposta da ação extensionista. Neles, foram organizadas questões subjetivas e dissertativas a fim de compreendermos o posicionamento de cada membro da gestão.

A partir da análise das questões, nossa equipe realizará atividades formativas tendo a BNCC como propulsora das discussões, na tentativa de cumprir a maioria das expectativas listadas por eles. Seguindo nosso objetivo principal, passaremos a apresentar, analisar e discutir a Base com gestores escolares e estudantes de licenciatura que se interessarem em participar, através de atividades que permitam reflexões e diálogos profícuos sobre as

---

<sup>6</sup> Link do questionário realizado com os gestores, diretores escolares: <https://forms.gle/KMEGVmkbYXCjJujP6>.

<sup>7</sup> Link do questionário realizado com os supervisores escolares e coordenadores pedagógicos: <https://forms.gle/9e7xHZ888ntxHazL6>.

implicações, finalidades e possibilidades de sua implementação na organização e currículo escolares.

Nesta perspectiva, buscamos promover uma interação dialógica da UFPB com a sociedade, frente aos desafios impostos pela pandemia e pela inserção do ensino remoto, numa articulação que enfatize a tríade ensino/extensão/pesquisa. Nosso senso de partilha e/ou compartilhamento com os participantes será realizado com a abertura de 30 vagas para profissionais em educação, entre gestores escolares, coordenadores pedagógicos e supervisores escolares e, ainda, 30 estudantes de licenciatura.

A ação extensionista contará com as atividades: conferências e encontros pedagógicos sobre a BNCC, que acontecerão remotamente, enquanto perdurar a necessidade do isolamento social, de maneira que repercuta como uma formação continuada dentro do percurso formativo dos envolvidos. Ressaltamos que as atividades propostas, em consonância com modelo proposto para a execução do Período Suplementar da UFPB, estão sendo desenvolvidas remotamente, por isso, utilizamos plataformas digitais como o *Google Meet*, o *Google Forms*, o *Canva*, o *Whatsapp*, entre outros meios/recursos, que temos considerado necessários ao longo do processo.

## **BNCC, FORMAÇÃO DOCENTE E GESTÃO EDUCACIONAL**

Desde a década de 1990, estabeleceu-se o neoliberalismo na política econômica do Brasil, com forte perspectiva de transformar direitos sociais em “mercadoria”. Sua orientação, a priori, é situar na relação do Estado com a sociedade e a política econômica, as políticas educacionais, que seriam motivadas por tais “inspirações”. De lá para cá, a escola pública se expandiu, mas em grande parte reproduzindo o histórico processo de expansão com a precarização das condições de trabalho e estudo. E isto ficou claro com a pandemia da Covid-19, ao longo de 2020.

Sob esse pano de fundo, a BNCC na versão aqui refletida, orientada para implementação em todo o território nacional, precisa, minimamente, encontrar escolas públicas que tenham condições de funcionamento e, assim, possa efetivamente ser implantada como prática curricular na perspectiva do combate às desigualdades brasileiras. Não como currículo, mas como documento normativo, que busque referenciar a gestão escolar, o trabalho docente, o processo de ensino e aprendizagem.

Com efeito, a compreensão de que a escola é um espaço onde várias pessoas interagem com intencionalidades e responsabilidades definidas, estabelecidas por atribuições

que se corporificam no sistema orgânico-social que representa, permite-nos sinalizar acerca do papel que deve ser assumido pela gestão escolar. Como tal, essa organização constitui um espaço humanizado gerador de igualdade e equidade, de empatia solidária, de acolhimento da diversidade, um lugar em que o conhecimento e as inter-relações possibilitam a inclusão e uma visão ampla para o que acontece no mundo.

A gestão educacional, por conseguinte, ao assumir que a escola é esse lócus de aprendizagem, compreende também os alunos e alunas como sujeitos com direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como destaca a BNCC (2017). Assumir direitos de aprendizagem é mais do que ter expectativas em relação ao que se aprende, significa que os estudantes têm direitos e que é necessário favorecer condições para que eles aprendam e se desenvolvam. “Isso muda nossa maneira de pensar, de agir, de ver, de escutar e, conseqüentemente, de planejar a gestão escolar” (PEREZ, 2018, p. 60).

Em tempo, há que se ressaltar que o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se deu em meio a conflituosos embates teóricos e políticos por todo o território de nosso país, invadindo tanto o campo político quanto o campo educacional. A elaboração do documento e, como consequência, suas implicações para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, por exemplo, acarretaram um sem número de opiniões que, até hoje, reverberam com posicionamentos contra e a favor de sua implementação.

A priori, as participações ocorreram via consulta pública no portal do MEC/BNCC, oportunizando à população, especialmente aos profissionais da área da Educação, contribuições, críticas e sugestivas, para a construção de seu texto. Todavia, Gobbi (2016) afirma em suas análises que o processo não se deu de forma tão democrática assim, colocando em xeque como tais foram tabuladas – já que não foram divulgadas – e em que medida foram consideradas, bem como sobre a efetividade das audiências públicas regionais que se seguiram.

Se por um lado, a BNCC nasce em meio a “balbúrdias” desencontradas de opiniões, por outro lado, hoje, sua implementação tem sido um fato. O que nos permite buscar compreender, realmente, “por que, para que e para quem” serve sua implementação. Com efeito, ainda importa recordar o que destaca Laranjeira (2017) ao afirmar que, na ocasião de sua construção, existia um processo de negociação, que envolvia um jogo de forças e poder, e cada uma das partes propunha aquilo que lhes era de interesse total ou parcial.

Por isso, a autora supracitada, afirma que não houve grande participação de todas as esferas da educação, em especial, dos professores e gestores que estão efetivamente no chão de nossas escolas, como tão bem foi amplamente divulgado pelo Ministério da Educação e

Cultura (MEC). Para ela, houve, sim, a participação de um grupo seletivo que compactuou, em grande parte, com uma concepção de Educação que se referia às classes mais favorecidas, discordando total e fortemente do sentido de escola pública, democrática e de qualidade, uma vez que está vinculada, de forma corroborativa, para a lógica dominante.

Foi desse movimento que surgiu a BNCC, hoje, considerado um instrumento basilar para o aprimoramento dos processos de elaboração de currículos e materiais didáticos, de políticas de formação de educadores, além de critérios claros para avaliações em larga escala e concursos públicos. Mas, afinal, qual o grande mote dos aspectos constitutivos da BNCC? O que seus defensores sempre destacaram foi a necessidade de um currículo comum que garantisse o direito de aprender e de se desenvolver, sob a perspectiva de uma formação comum para todos os estudantes, independente de qualquer impedimento, propondo-lhes fornecer, de norte a sul do país, saberes comuns.

Sob essa perspectiva, a BNCC tem se apresentado como referência para a formulação dos currículos da Educação Básica e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, bem como dos currículos dos cursos de formação inicial e continuada para professores, além dos programas de políticas públicas para formação docente, a exemplo do Programa Residência Pedagógica (PRP) e do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Como já destacado, o fato é que a BNCC está nas escolas, universalizando os currículos em todo território nacional e, ato contínuo, visando implantar as inúmeras ações que estão sendo propostas, em especial, no que se refere à definição das competências essenciais que todos os estudantes têm o direito de desenvolver ao longo da escolaridade. Por certo, através dessa definição, também será possível contribuir para que a gestão escolar, coletiva e democraticamente, possa fazer escolhas mais assertivas sobre quais métodos e metodologias usar, quais materiais didáticos elaborar, e os pais possam acompanhar as condições promovidas pela escola para que as aprendizagens e o desenvolvimento possam se efetivar, de forma equitativa.

Mas, a equipe gestora das escolas estão perfilados nesse mesmo entendimento sobre as competências gerais que permeiam a BNCC? Os estudantes de licenciatura já têm essa percepção sobre o campo conceitual, semântico e prático, de cada uma dessas competências? Afinal, o que sabemos sobre as competências gerais, como estamos desenvolvendo tais conceitos no cotidiano escolar, na aprendizagem de nossos alunos e alunas?

Destarte, conforme definido na BNCC, a abordagem por competências e habilidades defende a formação de um estudante que aprenda a aprender continuamente, que se envolva e se entusiasme pela vida, que valorize a interação com os outros, que permita conexões entre

conhecimentos teóricos adquiridos e suas vivências práticas e que compreenda questões cada vez mais complexas ao longo de seu processo formativo (PEREZ, 2018; BRASIL, 2017).

Pelo exposto, há que se ressaltar a necessidade de que os profissionais que fazem o corpo diretivo, especialistas da escola, bem como os futuros profissionais em Educação se apropriarem do máximo de informações sobre a BNCC, atentando-se para o que está posto no documento. Como estudiosos da temática, acreditamos que para formar sujeitos competentes e hábeis na construção de seu conhecimento, capazes de atuar como atores sociais compromissados com a atual conjuntura, precisa-se muito mais do que somente o básico. Faz-se necessário ter acesso aos conteúdos sobre as áreas de conhecimento, mas, sem se contentar com o “mínimo”, a fim de que seja possível desenvolver as capacidades “máximas” dos envolvidos nos processos educativos escolares pertinentes ao que define a BNCC.

## **COMO IMPLANTAR A BNCC NAS ESCOLAS? RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como já enfatizado, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, em que depois de leituras orientadas e discussões iniciais realizadas por meio de reuniões da equipe via *Google Meet*, sempre embasadas pela Base e por autores que têm construído os diálogos sobre o campo conceitual da formação docente e da gestão educacional.

O questionário destinado aos supervisores e coordenadores pedagógicos do município de Bananeiras teve 08 (oito) retornos dos 15 (quinze) profissionais que atuam na função. São membros da equipe gestora, integrantes da Secretaria de Educação e das escolas municipais de educação infantil e do ensino fundamental, que exercem a função de supervisores escolares, coordenadores pedagógicos e supervisores do ciclo de alfabetização.

Segundo eles, exercem suas funções através do diálogo, da proposição de atividades e sugestões que são direcionadas aos professores, sendo realizadas a partir de reuniões online e presenciais, com maior exercício na assistência ao professor na parte pedagógica, ou seja, nos planejamentos e no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Um ponto também muito destacado pelos participantes foram os papéis na organização/construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que, de acordo com suas respostas, são tanto de orientadores e mediadores em conjunto com a gestão escolar, professores e a comunidade, como de protagonistas, com total responsabilidade na construção do mesmo.

Nas escolas municipais de Bananeiras/PB, onde nossa pesquisa faz campo, o processo de Planejamento Curricular e Didático-pedagógico se organiza seguindo as diretrizes postas pela BNCC, pelos conselhos Estaduais e Municipais da Educação e pela Secretaria da Educação do município, sempre de forma coletiva com a equipe escolar, fazendo as adequações indispensáveis ao contexto de cada unidade, e necessariamente nesse período de pandemia passa por adaptações frequentes para atender as conveniências do momento, com aulas remotas sendo trabalhadas principalmente por meio da plataforma do *WhatsApp* e de atividades impressas entregue para as crianças.

Para uma melhor execução da educação municipal, conforme destacado em suas falas, são organizadas reuniões de planejamento que buscam intervir nas maiores necessidades apresentadas pelos educadores, sugerindo novas abordagens e buscando motivar e contribuir para o incremento do saber-fazer pedagógico, sendo essas realizadas quinzenal ou bimestralmente por meio de encontros virtuais, através do *Google Meet* e de outras ferramentas digitais. Para os participantes da pesquisa, o maior potencial de suas equipes são as gestões que se destacam de forma democrática, com um quadro de profissionais de extrema competência, que se reinventam e buscam novas formas de levar conhecimentos para os alunos, mesmo com um fator limitante que são, em suas visões, as aulas remotas e a falta dos meios tecnológicos para levar o conhecimento de forma mais eficaz aos estudantes.

Em meio ao contexto de pandemia que enfrentamos, as equipes escolares têm trabalhado de forma unida, realizadas por meio de reuniões periódicas entre a equipe e os pais, que buscam respeitar o modo de pensar de cada integrante e, por meio do diálogo, o planejamento e as avaliações fazem parte desse modelo de trabalho. É nessa construção que, segundo Luck (2013), a proposição da democratização da escola aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial, criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e da instituição.

Em tempo, entre os que responderam nosso questionário, que se consideram membros efetivos da equipe escolar do município, observa-se que todos têm interesse de participar de uma formação continuada com foco na Base Nacional Comum Curricular, cuja questão consideramos ponto fulcral de nossa proposta extensionista, com ênfase que 25% (vinte e cinco por cento) destes nunca participaram de uma formação na área e, para a maior parte, um total de 87,5% veem como sendo uma formação boa e necessária para a melhoria da educação da cidade. Esse primeiro número é bastante elucidativo pra nós quando pensamos o quão temos profissionais na gestão ainda distantes da BNCC e, por isso, como tensionar a

implementação da Base se profissionais da própria gestão não tem o conhecimento necessário sobre o documento? De fato, entendemos que esse ponto é altamente sensível, como destaca Perez (2018).

Com efeito, no questionário, destacamos algumas temáticas a serem consideradas por eles como importantes para a nossa formação, entre elas a considerada mais importante são “as linhas metodológicas pautadas em métodos ativos de aprendizagem”, em segundo “as articulação entre as etapas, considerando como o indivíduo entra na educação Infantil e termina a educação básica, e em seguidas as temáticas “discussão que provoca a compreensão sobre as competências gerais da BNCC”, “como colocar o PPP em prática à luz da BNCC” e os fatores de integração entre os componentes e as áreas de conhecimento. Sendo sem interesse dos mesmos temáticas com o diálogo proposto sobre a “nova organização da Educação Infantil” e as formas de avaliação da aprendizagem, sem sugestões dos mesmos sobre outras temáticas.

O questionário aplicado com os gestores, diretores e adjuntos, também teve questões subjetivas e abertas pra discussão. Dentre os 32 (trinta e dois) profissionais que atuam na função, 24 (vinte e quatro) nos deram devolutiva. Através dele, procuramos conhecer se o tipo de gestão ocorria de forma democrática, como era sua organização, as possíveis temáticas para se trabalhar em nossos diálogos referentes à formação proposta pelo projeto em questão. De início, vinte dos gestores confirmaram claramente ocorrer uma gestão democrática em suas escolas, enfatizando a valorização da participação no coletivo de toda a comunidade escolar, na tomada de decisões frente as propostas colocadas em pauta nas reuniões escolares.

Nesta perspectiva, de acordo com suas respostas, enquanto gestores, eles visam promover o bem estar para todos, o que ao mesmo tempo está interligado à construção do PPP, documento de legal importância e que representa o “coração” dessas escolas. Buscamos, assim, em nosso questionário saber quais os pontos cruciais para a construção do mesmo, entre as falas dos gestores, constatamos os esforços de muitos deles juntamente a comunidade escolar em valorizar a identidade, a autonomia e a realidade do alunado e de suas escolas, tentando diagnosticar entre os processos de aprendizagens as mais distintas dificuldades de seus alunos, entre outras, a adequação para a nova realidade de aulas remotas devido ao contexto pandêmico.

Ainda sobre o PPP, alguns gestores destacaram que estão em processo de planejamento e atualização e outros relataram não terem participado da construção do documento por serem ingressantes no cargo em suas atuais escolas. E intuindo descobrir possíveis temáticas que farão parte de nossos diálogos, considerados relevantes para a sua

função, 29,2% dos gestores indicaram esta como a mais necessária: “como colocar o PPP em prática à luz da BNCC. Observa-se, portanto, que todos os profissionais gestores participantes da pesquisa, consideram importante compreender como colocar o PPP na prática à luz da BNCC, o que não deixa de ser elemento fundante para, como destaca Veiga (1998) a organização do trabalho da escola na sua globalidade. Para a autora, o Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade, de integralidade dos processos educativos escolares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo com os profissionais da Secretaria Municipal de Educação é essencial para orientar os passos necessários para a implementação da Base Nacional Comum Curricular. E com base na questão proposta em nossa pesquisa, pudemos perceber, de forma muito evidente, que uma parte dos gestores continuam sem conhecer esse documento, seja no conteúdo seja na forma. E aqueles que já conhecem, mesmo assim, ainda se sentem inseguros em dar conta da implementação da Base em seus PPPs e currículos escolares.

Uma questão pontual e que, a cada dia, fica mais visível é que sem a mediação dos gestores escolares, sejam diretores, supervisores ou coordenadores pedagógicos, não será possível que a implementação da Base ocorra com um mínimo de reflexão crítica sobre seu impacto junto ao currículo, ao planejamento, à avaliação. Por isso, perguntamos sobre o compromisso que esses gestores têm de promover tempo e estrutura para que se tenham estudos profícuos juntos aos professores a cerca da BNCC. Em suas respostas, metade deles afirmam promover esses momentos de reflexões e diálogos sobre a Base Nacional Comum Curricular, de forma online devido ao contexto pandêmico, buscando refletir e trocar experiências entre todos os profissionais da escola.

Contudo, parte desses gestores relata que essa questão ainda está em processo de construção, outros destacam certa escassez, visto que ainda não existem esses momentos, sendo necessária uma formação continuada efetiva que ajude esses profissionais em sua prática à luz da BNCC, uma vez que 75% (setenta e cinco por cento) deles afirmam não terem participado de uma formação continuada que aborde o tema.

Ademais, importa ressaltar que 95,8% (noventa e cinco vírgula oito) relataram interesse em participar de uma formação continuada que tem como foco a BNCC. Na

concepção de 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento) deles, apenas para o aprimoramento curricular e 83,3% (oitenta e três vírgula três) afirmaram o quão se fazem necessários estudos que priorizem a temática, visto que um maior conhecimento acerca de sua natureza legal, teórica e prática para a feitura dos currículos escolares é ponto de partida fundamental para orientar os profissionais, principalmente os professores, que terão sua práxis totalmente permeada pelas competências gerais de que tratam a Base e motivam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da educação básica. Finalmente, como resultado de nossas discussões até o momento, temos compreendido que a implementação da BNCC está acontecendo sim nas escolas e que a formação do professor tem sido ponto fundante para tal, em especial, quando a gestão da escola assume o papel na mediação desse processo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 2017.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019**. Brasília, Conselho Nacional de Educação, 2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020**. Brasília, Conselho Nacional de Educação, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida. Entreatos: **Precisamos de BNCC ou seria melhor contar com a base?** A Base Nacional Comum Curricular de Educação Infantil. Debates em Educação: São Paulo, 2016.

LARANJEIRA, Cintia. **Base Nacional Comum Curricular: Uma Leitura a Contrapelo dos Avanços Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil**. RevistAleph, nº 29, dezembro, 2017.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos da gestão educacional**. Série Cadernos da Gestão, Vol. II. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.

PEREZ, Tereza (organização). **BNCC: a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.